



UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA – UNOESC
ÁREA DE CIÊNCIAS DAS HUMANIDADES
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
CAMPUS APROXIMADO DE CAMPOS NOVOS

**PLANO DE AÇÃO: EM GESTÃO ESCOLAR
PRÉ-ESCOLA MUNICIPAL A CAMINHO DO FUTURO**

DAYANE ROBERTA PENSO NEVES

Campos Novos
2016

DAYANE ROBERTA PENSO NEVES

**PLANO DE AÇÃO: EM GESTÃO ESCOLAR
PRÉ-ESCOLA MUNICIPAL A CAMINHO DO FUTURO**

Trabalho apresentado à Universidade do Oeste de Santa Catarina- UNOESC, como requisito parcial para a obtenção de média bimestral na disciplina de Planejamento em Gestão Escolar, do Curso de Pós-Graduação em Gestão Escola.

Orientadoras:

Prof. Dra. Cleusa Conceição Terres Schuch

Prof. Dra. Jaqueline Marcela Villafuerte Bittencourt

Campos Novos

2016

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. REFERENCIAL TEÓRICO	6
3. CARATERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA UNIDADE ESCOLAR ...	11
3.1 DIAGNÓSTICO DA ESCOLA.....	11
3.1.1 <i>Dimensão Socioeconômica</i>	<i>12</i>
3.1.2. <i>Dimensão Pedagógica.....</i>	<i>12</i>
3.1.3. <i>Dimensão Administrativa.....</i>	<i>14</i>
3.1.4. <i>Dimensão Financeira.....</i>	<i>15</i>
3.1.5. <i>Dimensão Física</i>	<i>15</i>
4. METAS E AÇÕES.....	17
4.1- DIMENSÃO SOCIOECONOMICA.....	17
4.2- DIMENSÃO PEDAGÓGICA	18
4.3- DIMENSÃO ADMINISTRATIVA	19
4.4- DIMENSÃO FINANCEIRA	20
4.5- DIMENSÃO FÍSICA.....	21
4.6 AVALIAÇÃO DO PLANO	23
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS.....	25

1. INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso aborda o tema Gestão Escolar como espaço para a participação e inclusão. A abordagem engloba o estudo da escola como uma instituição onde o trabalho do gestor escolar tem papel diferenciado dos gestores. A ênfase na gestão participativa, onde o corpo docente e a comunidade externa devem contribuir com suas habilidades, é um espaço de articulação e de convergência de múltiplas forças.

O plano de ação em gestão escolar foi realizado na Pré Escola Municipal A Caminho do Futuro, localizada no município de Campos Novos, estado de Santa Catarina.

Sabemos que o planejamento das atividades escolares é uma necessidade imprescindível, tendo em vista atingir os resultados da ação educacional previstos na legislação em vigor e especificamente, na LDB 9394/96. Partindo desta afirmação, as atividades escolares devem ser componentes de reflexão por parte do coletivo da escola, incluída a comunidade e os próprios alunos.

Atualmente vivemos vários desafios no exercício da gestão educacional, pois esta se fundamenta em uma visão sistêmica e dinâmica, que valoriza a contradição, o conflito e a transformação. E para tal complexidade há necessidade que a escola invista cada vez mais na gestão participativa trazendo, para o dentro da escola, não apenas o aluno, mas todo o elemento humano que a constitui, a fim de que compartilhem responsabilidades, estabeleçam objetivos de forma conjunta e sejam acionadores de uma nova proposta de realidade escolar, mais adequada às exigências da sociedade de informação, do conhecimento e da aprendizagem.

De acordo com PARO (2000, p. 78)

Se a verdadeira democracia se caracteriza, dentre outras coisas, pela participação ativa dos cidadãos na vida pública, considerados não apenas como “titulares de direito”, mas também como “criadores de novos direitos”, é preciso que a educação se preocupe com dotar-lhes das capacidades culturais exigidas para exercerem essas atribuições, justificando-se, portanto, a necessidade de a escola pública cuidar, de forma planejada e não apenas difusa, de uma autêntica formação do democrata”

Segundo (LANCAM, 1980 apud BOCK, 1989, p. 143).

A importância da primeira educação é tão grande na formação da pessoa que podemos compará-la ao alicerce da construção de uma casa. Depois, ao longo da sua vida, virão novas experiências que continuarão a construir a casa/indivíduo, relativizando o poder da família.

Portanto justifica-se este plano de ação da Gestão Escolar ao perceber que família e a escola têm papéis distintos uma da outra, mas, no entanto, esses papéis se complementam no processo de desenvolvimento e integração do indivíduo ao longo do seu percurso. Família e escola tornam-se os dois motores de aprendizagem e desenvolvimento para a criança, com papéis e competências específicas e complementares.

O trabalho apresenta um breve referencial teórico sobre as questões que envolveram este Plano. Logo, apresenta o diagnóstico que sustenta as metas e ações pensadas como exercício de planejamento, por fim, constam nossas considerações finais, assim como as referências utilizadas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Atualmente, fala-se muito sobre gestão escolar, porque é através dela que todos os segmentos da escola se concentram. Ela tem a função de unir, direcionar e tornar coerente as ações da escola. Pensar na Gestão Escolar é superar o individualismo e formar no interior da escola uma cultura de participação.

Nesse sentido, torna-se necessário compreender os conceitos e as concepções de Gestão Escolar e de participação como forma de incluir os sujeitos que dela fazem parte, e, apontando os desafios da escola diante do exercício da gestão e da participação, efetivar um processo participativo escolar.

Segundo Libâneo: (2001, p. 115).

As escolas podem traçar seu próprio caminho envolvendo professores, alunos, funcionários, pais e comunidade próxima que, se tornam corresponsáveis pelo êxito da instituição. É assim que a organização da escola se transforma em instância educadora espaço de trabalho coletivo e aprendizagem”

Em relação ao conceito de Gestão:

A gestão é a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para atingir os objetivos da organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnico-administrativos. Gestão é a atividade que põe em ação o sistema organizacional. (LIBANEO, 2004, p. 10)

O exercício de pensar na participação e a Gestão Escolar remetem os sujeitos da escola no seu envolvimento na prática educativa que inclui todos. A Gestão Escolar tem a função de integrar os setores da escola e esta na comunidade como um todo. Partindo desse pressuposto, todos terão vez e voz para contribuir com sua opinião, sugestões e críticas para a melhoria do processo de ensinar e de aprender.

Segundo a LDB-9394/96, em seu Art. 13, diz:

A gestão democrática e as suas normas devem ter como princípios: I- participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II- participação das comunidades escolares e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Ao tratar de gestão escolar, portanto, torna-se importante ter como princípio orientador a democratização, promovendo a “distribuição e compartilhamento das responsabilidades” que objetivam intensificar a validade do sistema escolar.

Conforme Libâneo, (2001, p. 77).

Organizar é bem-dispor elementos (coisas e pessoas), dentro de condições operativas (modos de fazer), que conduzem a fins determinados. Administrar é regular tudo isso, demarcando esferas de responsabilidade e níveis de autoridade nas pessoas congregadas, afim de que não se perca a coesão do trabalho e sua eficiência geral. (LIBANEO, 2004, p.77)

A necessidade de constituir uma escola em que a prática pedagógica seja estruturada de modo a contemplar as necessidades de todos, de forma igualitária, foi discutida e assumida a partir de documentos legais nacionais e internacionais, como a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a “Declaração Mundial Sobre Educação para Todos” (UNESCO, 1990), a Declaração de Salamanca (Espanha, 1994) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996).

Segundo a Declaração Mundial Sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990 art. 1):

Cada pessoa, criança, jovem ou adulto, deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem.

Assim, a gestão democrática vai além do processo de tomada de decisões, ela identifica os problemas, acompanha e controla as ações na fiscalização e avaliação dos resultados. Dessa forma, com a democratização da gestão é ampliada a participação das pessoas.

Segundo Libâneo: (2004, p. 46)

A escola de hoje não pode limitar-se a passar informação sobre as matérias, a transmitir o conhecimento do livro didático. Ela é urna síntese entre a cultura experienciada que acontece na cidade, na rua, nas praças, nos pontos de encontro, nos meios de comunicação, na família, no trabalho etc. (LIBANEO, 2004, p. 46)

O gestor junto com a comunidade escolar deve buscar uma participação efetiva por parte de todos, elaborando um plano de ação para o desenvolvimento da escola, dando prioridade ao Projeto Político Pedagógico e a implantação de conselhos escolares, garantindo a autonomia administrativa e financeira, sem eximir o Estado de suas obrigações com o ensino público.

Segundo a LDB a gestão democrática da escola pública brasileira deve ser feita de forma compartilhada entre a comunidade escolar local e a direção da escola para que seja realmente concretizada.

A LDB foi e continua sendo um passo importante para a concretização da gestão democrática na escola pública brasileira, mas, sozinha não resolve o problema da gestão democrática, assim como os conselhos escolares sozinhos não irão resolver a questão da gestão democrática na escola. O que se faz necessário é uma atitude de conjunto entre esses vários setores que tem interesse que essa gestão democrática se efetive e caminhe cada vez mais para melhorar esse ambiente escolar.

A escola que cumpre sua função social de mediação contribui na formação da personalidade humana e, por essa razão, não é possível estruturá-la sem considerar objetivos políticos e pedagógicos.

Conforme Libâneo, (2001, p. 114-115):

O caráter pedagógico da ação educativa consiste precisamente na formulação de objetivos sócio-políticos e educativos e na criação de formas de viabilização organizativa e metodológica da educação (tais como a seleção e organização de conteúdos e métodos, a organização do ensino, a organização do trabalho escolar), tendo em vista dar uma direção consciente e planejada ao processo educacional. (LIBANEO, 2004, p. 114-115)

A inclusão de estudantes com deficiência no sistema regular de ensino está baseada na perspectiva de educação para todos, pois, ao serem feitas adaptações pedagógicas para um aluno que tenha algum tipo de deficiência, leva-se em conta distintas formas de aprender e de ensinar.

A educação e os cuidados na infância são amplamente reconhecidos como fatores fundamentais do desenvolvimento global da criança, o que coloca para os sistemas de ensino o desafio de organizar projetos pedagógicos que promovam a inclusão de todas as crianças.

O conceito de educação infantil como direito social é recente na realidade educacional brasileira, pois as crianças, do nascimento aos seis anos de idade, adquiriram, com a Constituição Federal de 1988, o direito de serem educadas em creches e pré-escolas na sua comunidade. O caráter do assistencialismo voltado para a prevenção da carência do ambiente, da doença, da fome vem, gradativamente, sendo rompido.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/96) e o Referencial curricular nacional para a educação infantil (BRASIL, 1998) representam um grande avanço conceitual, colocando a educação infantil como primeira etapa da educação básica.

Segundo a Lei de Diretrizes (9.394/96, (título V, capítulo II, seção II, art. 29):

A educação infantil é considerada a primeira etapa da educação básica tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade. O texto legal marca ainda a complementaridade entre as instituições de educação infantil e a família.

O princípio democrático da educação para todos só se evidencia nos sistemas educacionais que se especializam em todos os alunos, não apenas em alguns deles, os alunos com deficiência.

A inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos provoca e exige da escola brasileira novos posicionamentos e é um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas. É uma inovação que implica num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas de nível básico.

No contexto da inclusão educacional de crianças com necessidades especiais é fundamental que a criança seja vista como criança, não lhe negando sua diferença ou característica orgânica, mas nunca se deve supervalorizar esse fator e resumir uma ação a uma única característica, principalmente aquele que deprecia uma pessoa ao diferenciá-la diante das demais.

Segundo (MANTOAN, 2003, p. 24-26).

Na escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças, esse é o primeiro passo para construir uma sociedade mais justa.

O uso de estratégias de ensino adequadas a diferentes tipos de necessidades específicas de aprendizagem só vem a contribuir para o desenvolvimento de todos os estudantes envolvidos no processo, afinal, em uma escola cada vez mais plural e democrática, não se pode supor que exista uma única forma de ensinar e aprender.

A escola como uma instituição precisa saber que deve formar sujeitos que possam inserir-se na sociedade de modo a modificá-la positivamente.

Se é para a sociedade que a escola forma o indivíduo, logo conclui-se que ambos, ambiente escolar e meio social devam manter uma relação de reciprocidade para o bom andamento da educação.

Por isso tem-se a percepção de que há a necessidade de uma mútua colaboração entre a esfera social e a dimensão escolar, principalmente, em relação ao meio externo do local a que as unidades de educação pertencem.

O ato de educar exige práticas próprias das relações humanas, pois no cotidiano escolar lidamos com sujeitos de diferentes formas de agir, influenciados por diversos fatores, habitação, crenças, classe social, ambiente familiar, entre outros, por isso é importante que o espaço escolar seja um lugar onde predomine a prática democrática, que em sua abrangência, envolve o respeito às diferenças, a consciência ética, a ocorrência da participação e o incentivo da mesma.

3. CARATERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA UNIDADE ESCOLAR

Nos primeiros anos de vida, o ser humano passa por intenso processo de constituição de sua personalidade, desenvolvendo-se como pessoa em seus aspectos físicos, afetivo e cognitivo. A afetividade se constitui associada às experiências corporais com os outros que dela cuidam e a ensinam a se cuidar. Não é possível "Educar sem Cuidar".

Dentro desta tendência Pedagógica a Pré Escola Municipal A Caminho do Futuro busca construir o seu Projeto Político Pedagógico de forma participativa, tendo como prioridade a criança. E o espaço físico é visto como parte integrante da ação educativa, portanto deve ser planejado no sentido de atender as necessidades e especificidades da infância.

A Pré Escola Municipal “A Caminho do Futuro, situada a Rua Coração de Maria, 979, Bairro Aparecida, no município de Campos Novos, Entidade Municipal, mantida pela Prefeitura Municipal de Campos Novos, iniciou seu funcionamento em doze de setembro de um mil novecentos e noventa e dois, com a carga horária de dez horas diárias.

Atualmente atende 240 crianças entre (3) três anos a (5) cinco anos. Das 240 crianças que freqüentam a Pré Escola A Caminho do Futuro, 50 crianças entre três (3) anos a (4) quatro anos, Turma de Maternal II, são matriculadas na Creche Municipal Jubileu de Prata e freqüentam a Pré Escola , pois devido à demanda de alunos serem maior que o espaço físico disponível na Creche, houve a necessidade de abrir uma extensão na Pré Escola A Caminho do Futuro.

Atende alunos no período matutino das 07h30min às 11h30min, no período vespertino das 13h às 17h e, em período integral das 07h30min às 18h.

3.1 DIAGNÓSTICO DA ESCOLA

Neste segmento apresento o diagnóstico realizado para dar sustentação a este plano, ele foi realizado em dimensões analíticas: socioeconômica, pedagógica, administrativa, financeira e física.

3.1.1 Dimensão Socioeconômica

Fazendo parte da comunidade, é fundamental que a Escola conheça o contexto social de sua vizinhança e da clientela a que serve. Conhecer a comunidade em que está inserida, suas necessidades, potencialidades e expectativas, adequando a elas seu trabalho de atendimento educacional, é a única forma possível para a Escola atender às suas finalidades e formar cidadãos, conscientes e capazes, fornecendo, ainda, os conteúdos e habilidades necessários à sua melhor inserção no ambiente social.

A Pré-Escola Municipal A Caminho Do Futuro tem por objetivo principal proporcionar condições adequadas para promover o bem-estar das crianças, seu desenvolvimento físico, emocional, intelectual, moral e social, a ampliação de suas experiências e estimular o interesse da criança pelo processo de conhecimento do ser humano, da natureza e da sociedade.

Os alunos que frequentam a escola são crianças oriundas de diversas raças, etnias, grupos sociais, econômico, religiosos e políticos. Nesse grupo credo religioso ainda prevalece à religião católica, sendo eles 80% e o restante são evangélicos, luteranos etc.

A origem das famílias vem do caboclo, alemão e italianos por isso, cerca de 85% das crianças são de cor branca e 15 % são negros e mulatos.

A renda familiar fica em torno de 1,5 a 5 salários mínimos mensais. 60% são trabalhadores da indústria, 20% autônomos, e o restante são trabalhadores de diversas áreas ou aposentados. Sendo que 90% têm acesso a internet e outros meios de comunicação.

O nível de escolaridade dos pais ou responsáveis é em média 10% possuem ensino médio completo, 70% dos responsáveis possui ensino médio incompleto, e o restante analfabetos ou somente o ensino fundamental.

Embora os pais não possuam um nível escolar alto, apresentam um bom nível cultural, e participação assídua nas atividades pedagógicas desenvolvidas pela escola.

3.1.2. Dimensão Pedagógica

Todos os ambientes construídos para crianças deveriam atender a cinco funções relativas ao desenvolvimento infantil, no sentido de promover: identidade pessoal,

desenvolvimento de competência, oportunidades para crescimento, sensação de segurança e confiança, bem como oportunidades para contato social e privacidade. (OLIVEIRA, 2004),

A Pré-Escola Municipal A Caminho do Futuro tem como meta principal tornar acessível, a todas as crianças que frequentam esta instituição, elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social. Cumprem um papel socializador, propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações pedagógicas intencionais ou atividades orientadas pelos professores. Sendo importante ressaltar, que essas aprendizagens de natureza adversa ocorrerão de maneira integrada no processo de desenvolvimento infantil.

Nesta perspectiva, o projeto pedagógico implantado pelos Pré-Escola Caminho do Futuro relaciona, de forma efetiva, o cuidar e o educar e valorizando a ludicidade, possibilitando a cada criança a construção de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens.

A Pré-Escola segue duas linhas de pensamento a linha materialismo histórico e dialético primando sempre pelo conhecimento prévio do aluno e sua capacidade intervir no meio entende-se que sua relação com a realidade se dá através de mediações que permitem que ele seja transformado pela natureza, que por sua vez é transformada por ele.

Relação Professor Estudante: Segundo VYGOTSKY "A idéia de interação social e de mediação é ponto central do processo educativo. A atuação do professor é de suma importância já que ele exerce o papel de mediador da aprendizagem do aluno".

A relação entre professor e aluno deve ser de muita amizade e de respeito mútuo, não se consegue desenvolver qualquer tipo de aprendizagem, em um ambiente hostil.

Tudo o que o professor faz na rotina da educação infantil constitui-se em práticas pedagógicas, resultando em equilíbrio, conforto e segurança para a criança, promovendo o desenvolvimento pleno e permitindo assim que a criança estruture sua independência, autonomia, socialização e conhecimento de mundo é o maior esforço dos professores.

Avaliação: De acordo com HOFFMANN (1996, p 31) "A avaliação deve ser mediadora, onde mediação significa um estado de alerta permanente do professor que acompanha e estuda a história da criança em seu processo de desenvolvimento".

A avaliação na Pré-Escola A Caminho do Futuro é realizada bimestralmente através do preenchimento das fichas avaliativas elaboradas e organizadas por faixa etária

e por eixos norteadores, onde se contemplam as competência e habilidades inerentes a cada etapa do desenvolvimento infantil, e observando as particularidades de cada criança, e semestralmente realizar-se-á a avaliação descritiva.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei n.º. 9394/96, no seu artigo 31 diz: “Na Educação Infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem objetivo de promoção, mesmo para acesso ao Ensino Fundamental”.

3.1.3. Dimensão Administrativa

A equipe administrativa da Pré-Escola Municipal A Caminho do Futuro conta com 03 profissionais, sendo 01 gestora com Especialização em Psicopedagogia, 01 auxiliar de direção com Especialização em Psicopedagogia e 01 secretaria com especialização em Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental.

Os profissionais da educação que atuam na Pré-Escola Municipal A Caminho do Futuro são: 25 profissionais com formação na área da educação sendo que, 28% dos profissionais possuem graduação em pedagogia, 71% tem especialização e 1% possui ensino médio (magistério).

A secretaria da escola está com a documentação de funcionários e alunos adequadamente organizada de acordo com a legislação vigente, com informações e registros atualizados. Os arquivos estão organizados, garantindo a segurança e a facilidade de acesso e o sigilo profissional e o regimento da escola está em local de fácil acesso para o uso toda a comunidade escolar. A secretária exerce uma ação ao mesmo tempo centralizadora e abrangente, porque seu setor relaciona-se com todos os demais setores envolvidos no processo pedagógico e na vida escolar, sendo ela o primeiro contato que os pais fazem com a escola tanto pessoalmente ou através de telefonemas.

Os professores municipais efetivos contam com um plano de carreira que é a lei vigente específica para os profissionais da educação.

Em todo o município de Campos Novos para atuarem na área administrativa das escolas, os profissionais são indicados pela secretaria municipal de educação devendo pertencer ao quadro efetivo e ter habilitação na área em que é indicado.

3.1.4. Dimensão Financeira

A Pré-Escola Municipal a Caminho do Futuro é uma entidade mantida pela Secretaria Municipal de Educação e pela Prefeitura Municipal, que dispõe de recursos para manutenção conservação de materiais didáticos pedagógicos.

A Unidade Escolar não possui recursos próprios, e dispões de recursos provenientes do MEC, através do PDDE, onde o mesmo envia valores correspondentes ao número de alunos cadastrados no censo escolar do ano anterior.

O presidente da APP e o gestor da unidade ficam responsáveis pelos gastos e prestação de contas dos valores, sendo que esses não atendem a todas as necessidades pedagógicas da instituição

A escola conta também com e com a parceria das famílias e da comunidade para execução de projetos e atividades que dependam de gastos extras.

Todos os funcionários, sendo eles, administrativos, professores, serviços gerais e merendeiras, e a manutenção e conservação do prédio escolar são feitas e mantidas pela prefeitura.

Tanto a APP, como o conselho deliberativo possuem um papel importante e funcional, sempre participando de reuniões e diálogos com professores e alunos para diagnosticar necessidades que surgem no decorrer do ano letivo e tentar da melhor forma saná-las.

Na Educação infantil não existem programas indicadores de desenvolvimento da aprendizagem, mas neste ano de 2016 a educação infantil respondeu a um questionário do PDDE Interativo, juntamente com membros do conselho escolar para diagnosticar deficiências pedagógicas, humanas e físicas para possíveis melhorias.

3.1.5. Dimensão Física

A Pré-Escola A Caminho do Futuro conta com um espaço físico muito precário e defasado. A escola não dispõe de diversas salas que se fazem necessárias como: sala de vídeo, sala de informática, biblioteca e sala para recreação.

A sala que antes funcionava uma brinquedoteca teve que ser desmontada para receber novos alunos e os brinquedos estão guardados no depósito. Não há auditório ou salas amplas para que possa reunir um grupo grande de pais ou professores.

O espaço onde funciona o refeitório é aproveitado também para acolhida dos alunos, para reunião de pais e também para todas as atividades culturais.

No espaço físico interno da unidade escolar conta hoje com: 01 sala de direção, 01 secretaria, 08 salas de aula, 01 sala de professores bem pequena, 01 cozinha com um pequeno depósito, 04 banheiros masculinos e 04 femininos, 01 banheiro adaptado, 01 chuveiro, lavanderia, 01 depósito para materiais de limpeza, 01 depósito para materiais diversos, 01 almoxarifado.

A escola possui amplo espaço externo e 01 parque externo com aproximadamente 10 brinquedos para o uso coletivo.

4. METAS E AÇÕES

Esta seção apresenta as metas desenhadas a partir do diagnóstico apresentado. O plano é complementado pela descrição de ações, objetivos específicos, o período e a definição do responsável pela ação.

4.1- DIMENSÃO SOCIOECONOMICA

Meta: Conhecer a dimensão socioeconômica dos alunos com necessidades especiais da Pré-Escola.

Ação 1: Elaborar ficha de matrícula dos alunos com inclusão dos itens: renda familiar, nível de instrução dos pais ou responsáveis na hora da matrícula.

Objetivos específicos: Compor o perfil do aluno com necessidades especiais da escola.

Período: Ocorrerá no ano anterior de 2017. Dezembro de 2016.

Público alvo: Pais ou responsáveis.

Recurso: Formulários/ficha de matrícula.

Responsável: Equipe administrativa.

Ação 2: Promover encontros para troca de experiências com atividades de lazer entre a escola e a comunidade.

Objetivos específicos: Fazer com que a comunidade reconheça a escola como instituição voltada não apenas para a transmissão do saber, mas como importante espaço de convivência humana.

Período: Ocorrerá durante todo o ano de 2017.

Público alvo: Equipe de gestão, professores, funcionários, alunos e pais.

Recurso: Material audiovisual preparado para o encontro. Recursos tecnológicos.

Responsável: Equipe administrativa.

Ação 3: Realizar reuniões comemorativas baseadas em decisões compartilhadas com a comunidade.

Objetivos específicos: Promover a integração entre escola e família, na troca de experiências com momentos de descontração.

Período: Ocorrerá no final do primeiro semestre.

Público alvo: Equipe de gestão, professores, funcionários, alunos e pais.

Recurso: Recursos tecnológicos, Recurso humano, Material audiovisual preparado para o encontro.

Responsável: Equipe administrativa.

Ação 4: Elaborar estudo para análise das fichas de matrículas.

Objetivos específicos: Realizar o levantamento das reais condições socioeconômicas do grupo estudado para priorizar metas de ações.

Período: Ocorrerá no final do primeiro semestre.

Público alvo: Todos os segmentos.

Recurso: Recurso tecnológico e recurso humano.

Responsável: Equipe administrativa.

4.2- DIMENSÃO PEDAGÓGICA

Meta: Assegurar uma aprendizagem cada vez mais significativa, consciente e efetiva relacionada à inclusão, durante o ano de 2017.

Ação 1: Reunir os segmentos da comunidade escolar para discutir sobre este tema.

Objetivos específicos: Sensibilizar a professores e funcionários sobre a importância e a necessidade de priorizar a segurança e integridade física dos alunos com deficiência no ambiente escolar.

Período: Ocorrerá durante a primeira reunião pedagógica no calendário escolar.

Público alvo: Professores e funcionários.

Recurso: Tempo de hora/atividade, Material audiovisual preparado para a reunião.

Responsável: Coordenação Pedagógica.

Ação 2: Preparar uma pesquisa entre a comunidade para saber quais as necessidades para atingir esta meta.

Objetivos específicos: Reunir informações sobre quais as dificuldades encontradas para atender os alunos com necessidades.

Período: Até Abril de 2017.

Público alvo: Todos os segmentos.

Recurso: Formulários/ Entrevistas.

Responsável: Coordenação Pedagógica.

Ação 3: Convidar especialista para conversa com os pais e professores.

Objetivos específicos: Ouvir um profissional sobre como superar as dificuldades detectadas na pesquisa anterior.

Período: Maio de 2017.

Público alvo: Pais e professores.

Recurso: Um profissional que poderá ser médico, professor ou psicólogo.

Responsável: Coordenação Pedagógica.

Ação 4: Reunião com todos os segmentos da unidade escolar.

Objetivos específicos: Observar se o processo de inclusão está efetivamente acontecendo.

Período: Agosto de 2017.

Público alvo: Todos os segmentos.

Recurso: Tempo de hora/atividade, Relatórios com gráficos de progressão.

Responsável: Coordenação Pedagógica.

4.3- DIMENSÃO ADMINISTRATIVA

Meta: Oferecer ações efetivas no processo de educação inclusiva, levando em consideração a aceitação das diferenças individuais, valorização de cada pessoa e aprendizagem por meio de cooperação.

Ação 1: Realizar reunião com todos os envolvidos na educação da unidade escolar.

Objetivos específicos: Permitir a todos os funcionários um momento de reflexão para entendimento e aceitação, do “Eu e do Outro” com todas as suas particularidades.

Período: Ocorrera durante a primeira reunião Pedagógica, fevereiro 2017.

Público alvo: Professores e funcionários.

Recurso: Material audiovisual.

Responsável: Equipe administrativa.

Ação 2: Aprofundar estudos sobre o PPP da unidade escolar juntamente com o conselho escolar.

Objetivos específicos: Averiguar se a documentação da escola contempla a inclusão de alunos com necessidades especiais.

Período: Fevereiro de 2017.

Público alvo: Alunos com necessidades especiais.

Recurso: PPP Projeto Político Pedagógico, Tempo de hora/atividade, Recursos tecnológicos.

Responsável: Equipe administrativa.

Ação 3: Realizar reuniões periódicas com todos os segmentos da unidade escolar.

Objetivos específicos: Acompanhar se estão ocorrendo às ações efetivas no processo de educação inclusiva, visando o envolvimento e compromisso dos mesmos.

Período: Ocorrerá durante todo o ano de 2017.

Público alvo: Professores e funcionários.

Recurso: Recurso humano e recurso tecnológico.

Responsável: Equipe administrativa.

4.4- DIMENSÃO FINANCEIRA

Meta: Aquisição de materiais apropriados às necessidades específicas de cada aluno com necessidades especiais.

Ação 1: Elaborar projeto destacando a importância de materiais apropriados aos alunos com necessidades especiais.

Objetivos específicos: Assegura que ocorra o atendimento educacional especializado aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, possibilitando que a aprendizagem ocorra de maneira significativa.

Período: Ocorrera durante todo ano letivo 2017.

Público alvo: Alunos com necessidades especiais.

Recurso: Horas de atividades e Recursos tecnológicos.

Responsável: Coordenação pedagógica.

Ação 2: Solicitar a Secretaria Municipal de Educação juntamente com a Prefeitura Municipal empresa mantenedora, recursos para a aquisição de materiais a serem adquiridos.

Objetivos específicos: Oportunizar o acesso ao ensino de qualidade aos alunos com necessidades especiais.

Período: Ocorrera no início do ano letivo de 2017.

Público alvo: Alunos com necessidades especiais.

Recurso: Recursos humanos, ofícios e recursos tecnológicos.

Responsável: Equipe administrativa.

Ação 3: Realizar uma reunião com todos os segmentos da unidade escolar.

Objetivos específicos: Priorizar as necessidades para aquisição de materiais apropriados às necessidades específicas de cada aluno e o planejamento coletivo do uso dos mesmos.

Período: Ocorrera no início do ano letivo de 2017.

Público alvo: Todos os segmentos.

Recurso: Recursos humanos e tecnológicos.

Responsável: Equipe administrativa.

Ação 4: Organizar uma reunião com a equipe administrativa da escola, APP, Conselho deliberativo, pais e funcionários.

Objetivos específicos: Expor as necessidades de aquisição de materiais apropriados para melhoria da qualidade de ensino oferecido aos alunos com necessidades especiais, com recursos governamentais.

Período: Março de 2017.

Público alvo: Equipe administrativa da escola, APP, Conselho deliberativo, pais e funcionários.

Recurso: Recursos tecnológicos e Audiovisuais, Recursos fornecidos através do PDDE.

Responsável: Equipe administrativa.

Ação 5: Promover aulas de recreação e estimulação adaptadas aos alunos com necessidades especiais.

Objetivos específicos: Proporcionar o pleno desenvolvimento das crianças com necessidades especiais, melhorando sua independência e autonomia, através de materiais adequados.

Período: Abril de 2017.

Público alvo: Alunos com necessidades especiais.

Recurso: Recursos financeiros, Materiais adequados e adaptados, Especialista na área.

Responsável: Equipe administrativa.

4.5- DIMENSÃO FÍSICA

Meta: Adequar o ambiente escolar aos alunos com necessidades especiais.

Ação 1: Solicitar a Secretaria Municipal de Educação juntamente com a Prefeitura Municipal empresa mantenedora, recursos para adequar o ambiente escolar aos alunos com necessidades especiais

Objetivos específicos: Proporcionar verdadeiramente o processo de inclusão aos alunos que apresentam necessidades especiais educacionais e espaços adequados para um atendimento eficaz.

Período: Início do ano letivo de 2017.

Público alvo: Alunos com necessidades especiais.

Recurso: Recursos humanos, Ofícios, tecnológicos

Responsável: Equipe administrativa.

Ação 2: Propor projeto de um ambiente escolar adequado aos alunos com necessidades especiais.

Objetivos específicos: Estabelecer adaptações que possam contribuir de forma simples, prática e abrangente às necessidades especiais, contribuindo para que no espaço escolar, aconteçam avanços e transformações favorecendo uma aprendizagem de qualidade para todos os alunos envolvidos no processo.

Período: Início do ano letivo de 2017.

Público alvo: Alunos com necessidades especiais.

Recurso: Horas de atividades, Recursos tecnológicos.

Responsável: Coordenação pedagógica

Ação 3: Implantar uma sala de recursos multifuncionais para crianças com necessidades especiais.

Objetivos específicos: Realizar o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais de aprendizagem, visando expandir seu conhecimento, e oportunizando que as mesmas possam desenvolver suas capacidades a fim de superar as lacunas que ainda existem no ensino regular.

Período: Fevereiro de 2017.

Público alvo: Professores e alunos com necessidades especiais.

Recurso: Mobiliário, Materiais didáticos e pedagógicos, Recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento dos alunos.

Responsável: Equipe administrativa.

Ação 4: Construir rampas de acesso com corrimões apropriados para a inclusão das crianças com mobilidade reduzida.

Objetivos específicos: Permitir a acessibilidade do aluno com mobilidade reduzida em todas as extensões da unidade escolar, garantindo dessa forma a oportunidade de educação a todos contribuindo para o pleno desenvolvimento.

Período: Fevereiro de 2017.

Público alvo: Alunos com necessidades especiais.

Recurso: Recurso financeiro.

Responsável: Equipe administrativa.

Ação 5: Preparar as salas de aula de maneira a potencializar a autonomia das crianças com necessidades especiais.

Objetivos específicos: Atender as crianças com necessidades especiais, preparando a escola como instituição flexível a qualquer aluno, incluindo nela o aluno especial, e não o contrário.

Período: Início do ano letivo de 2017.

Público alvo: Alunos com necessidades especiais.

Recurso: Recurso financeiro.

Responsável: Equipe administrativa

4.6 AVALIAÇÃO DO PLANO

De acordo com Bondioli (2004, p. 143), a educação na primeira infância deve caracterizar-se como um ambiente que objetiva “a garantia de condições positivas de crescimento e desenvolvimento para as crianças que nela são recebidas”.

Com a finalidade de garantir tais condições são necessários planejamentos, projetos, atividades pedagógicas dentro da instituição educativa, e união entre gestores e educadores para contribuir com um ambiente que possibilite o crescimento e desenvolvimento das crianças.

A avaliação ocorrerá gradativamente, e deve estar envolvida toda a comunidade escolar, professores, as próprias crianças entre si, suas famílias e os demais profissionais da instituição, devem estar envolvidos, contribuindo para o desenvolvimento de todas as suas capacidades: afetivas, cognitivas e sociais.

A avaliação se dará de diferentes formas: Através do “Portfólio”, uma ferramenta pedagógica que permite a utilização de uma metodologia diferenciada e diversificada de acompanhamento e avaliação do processo de ensino e aprendizagem. Através do “Relatório”, atividade composta por uma série de ações, tais como: observação do professor, registros das aulas, elaboração de relatórios e participação dos pais na avaliação dos filhos. E através das “Fichas de Avaliação” preenchimento dos instrumentos de avaliação, com anotações de aspectos e características uniformes sobre crianças em idades diferentes.

Pensar na avaliação como instrumento que propicia a aprendizagem é assumir uma concepção de que essa atividade não tem fim em si mesmo, mas que possa propiciar ao educando a possibilidade de confrontar seus conhecimentos e (re) construí-lo.

Independentemente do modelo escolhido por quem se propõe a avaliar, é necessário entender que a prática avaliativa compreende, entre outros aspectos pedagógicos, trabalhar todas as dimensões do ser humano. Discutir amplamente as concepções e práticas de avaliação faz-se necessário e urgente para a construção de uma formação cidadã na infância.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encarar os desafios que são postos que devem atender a todos, na igualdade de direitos, deveres e oportunidades, independentemente de sua condição social, cultural, econômica, religiosa, física ou sexual, uma concepção de inclusão, passa por revermos nossas posições de que a homogeneidade é fundamental na prática de ensino e aprendizagem.

A escola atualmente se depara com desafios para atender a diversidade dos indivíduos que dela participam, respeitando e valorizando as diferenças e oportunizando a todos com equidade de condições.

Atendendo ao princípio democrático e participativo que se faz importante e necessário estar sempre presente nas escolas e no sentido de aproveitar o que cada servidor da educação tem de melhor, buscando um maior e melhor rendimento das atividades, a gestão deverá ser de forma coletiva, dialogada, participativa e democrática com reuniões para podermos agir, com aproveitamento do perfil e das habilidades de cada um.

A escola comum é, por excelência, um ambiente capaz de formar gerações com concepções diferentes sobre o outro, cidadãos com experiências singulares de convivência com o que há de mais humano em nós, nossas diferenças. O preconceito, a discriminação, a estigmatização são comportamentos aprendidos.

A criança pequena, ao adentrar em um espaço escolar em que as diferenças são bem-vindas, vai aprender de forma natural a valorizar o outro por aquilo que ele é que é capaz de realizar. Aprenderá que não há limites para a aprendizagem humana e que a imposição de limites denuncia a limitação de seu autor.

Desta forma, pensar em mudança de paradigma e em conseqüente transformação da escola em inclusiva implica no reconhecimento de que a educação infantil é o primeiro espaço em que as mudanças devem se efetivar. A construção de um ambiente inclusivo propicia condições para que todos os envolvidos no processo educacional possam dirigir a atenção sobre si mesmos e escutar o outro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil** / Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República-Ministério da Educação-Ministério da Justiça, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 05 jul. 2011.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Os conselhos de educação e a gestão dos sistemas**. In FERREIRA, Naura Suria Carapeto e AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Orgs.) **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000, p. 43-60.

KRAMER, Sônia. **Propostas pedagógicas ou curriculares de Educação Infantil: para retomar o debate**. <<http://www.anped.org.br>> Acesso em 14/09/07

LIBANEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola – Teoria e Prática**. São Paulo, Cortez. 1996.

LUCK, Heloisa. **Gestão Educacional. Uma questão paradigmática**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MANSUR, Kátia V. **Proposta curricular: ação de uma equipe**. In: KRAMER, Sonia. **Infância e Educação Infantil**. Campinas, SP: Papirus, 2007, p. 225-24

MANTOAN, Maria Tereza Égler; MARQUES, Carlos Alberto. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Ed. SENAC, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

NARDI, Elton Luiz e SCNEIDER, Marilda Pasqual. **Qualidade da Educação no Ensino Fundamental – entre políticas e a (ex)tensão do tema na escola pública**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2015.